



Manoel Horacio Francisco da Silva*

Afinal, o Brasil tem mesmo jeito?

Maior engajamento no processo político é obrigação para acelerar mudanças

O Brasil desfruta neste momento um dos melhores períodos de sua história, na visão dos analistas internacionais. Os fundamentos da economia estão relativamente sob controle, a inflação finalmente domada, as reservas internacionais nunca estiveram tão altas, a taxa de juros é decrescente e a dívida interna mostra tendência declinante.

Passamos por uma pequena turbulência em função do ajuste de crédito provocado pelo mercado imobiliário americano, mas foi um susto passageiro. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ultrapassou o nível anterior à crise e, aparentemente, continuamos como um dos países emergentes preferidos pelos investidores estrangeiros.

O nosso Produto Interno Bruto (PIB) crescerá ao redor de 5% este ano, usamos mais de 85% da capacidade produtiva da indústria, o nível de investimentos produtivos alcançará este ano o valor de US\$ 32 bilhões, as exportações deverão apresentar um superávit acima de US\$ 40 bilhões e a Bovespa continua batendo sucessivos recordes — tanto que o seu índice já ultrapassou a marca dos 60 mil pontos.

Será que todos os nossos problemas estão resolvidos e entramos, finalmente, no círculo virtuoso do desenvolvimento, onde tudo o que for feito neste país, seja lá o que for, se transformará em alavanca de crescimento?

Na verdade, temos ainda um sério problema político que vemos piorar a cada dia. Não creio que possamos resolver ou criar um grande país sem termos um bom encami-

namento para a melhoria do sistema político existente e sem que a sociedade preserve valores éticos e morais.

Como modificar e transformar a sociedade? A resposta mais óbvia é através da educação. A maioria dos representantes do povo alimenta-se de votos manipulados, utilizando sua ignorância, o que lhes tira a motivação para criarem condições de melhoria educacional no nosso País.

Parece que estamos em um beco sem saída. Apesar desse ambiente negativo, o Brasil tem melhorado em índices educacionais, mesmo que na maioria das vezes esta melhora seja mais quantitativa do que qualitativa.

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE, cujos resultados vieram a público no final de setembro, analisou a evolução da educação e renda nos últimos 15 anos no Brasil, mostrando um lento, embora constante, crescimento. A escolaridade média de 1992 a 2005 evoluiu de 4,9 para 6,1 anos.

Com relação à faixa das crianças com idades entre 7 e 14 anos que freqüentam regularmente escolas, houve uma evolução de 81,8% em 1992 para 94,5% em 2002 e 95,5% em 2005.

Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, organização composta pelos 30 países que produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo) mostra que o Brasil tem o menor custo por aluno entre 34 países analisados na pesquisa (que também avaliou as nações inseridas

Editoria - Brasil

no chamado Primeiro Mundo).

O nível total de investimentos em educação foi de 3,9% do PIB, incluindo ensino superior, em 2004. Em 1994, era de 3,6%. Este relatório indica que os países ricos aumentaram seus gastos em 42%, enquanto nosso crescimento relativo ficou, aproximadamente, em 10 %.

O movimento “Todos pela Educação” (aliança de vários setores da sociedade cuja meta é garantir educação básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022, bicentenário da Independência do Brasil) defende que 5% do

O povo demanda dos políticos locais mais recursos para a educação, vista como única forma de melhoria de renda

PIB deveria ser investido no ensino básico, mas a nossa realidade é de apenas 2% do produto real.

Em relação à renda, houve significativa melhora na faixa mais pobre da população, caindo de 40,8% em 1992 para 32,9% em 2002 e 29,5% em 2005, o último ano abrangido pela mais recente Pnad.

Porém, entre quase 200 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), menos de dez têm um grau de desigualdade tão alto quanto o nosso, com o agravante de que no Brasil mais de um terço da renda vai para os governos nos três níveis (federal, estadual e municipal), em forma de impostos e tributos.

Não sinto nossos políticos

muito preocupados na promoção da educação. Porém, não acredito, também, que haja um comportamento maquiavélico para o bloqueio de medidas que incentivem o crescimento educacional do povo.

Estamos na era da informação e a maioria das pessoas tem acesso ao que acontece no mundo através — e principalmente — da televisão. Isso faz com que o povo demande dos políticos locais mais recursos para educação, ato visto como a única forma de melhoria de renda, o que acarreta, inevitavelmente, na impulsão do nível educacional.

Culpamos sempre os políticos, membros de uma sociedade que aceita pequenos e grandes deslizes de comportamento. O “jeitinho brasileiro” é a porta de manutenção do processo de corrupção tão enraizado neste País.

Este fato foi analisado em uma pesquisa realizada sobre o comportamento do povo, que deu origem ao livro “A cabeça do brasileiro”, de Alberto Carlos Almeida (Editora Record, 2007). A pesquisa leva à conclusão de que a permissividade é aceita com muita facilidade por comportamentos dúbios, que em nada ajudam a transformar nossos hábitos de comportamento.

A educação é a saída a longo prazo para os males que afigem o País. Mas, a curto prazo, temos a obrigação de um maior engajamento no processo político para acelerar as mudanças necessárias para a formação de uma grande nação.

* Presidente do Banco Fator. Próximo artigo do autor em 31 de outubro